



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 00041/2003/002/2009  
EMPREENDIMENTO: PCH LUMINÁRIAS  
EMPREENDEDOR: LUZBOA S/A

## JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

O Secretário Executivo do COPAM, no uso de suas atribuições definidas pelo Decreto 44.667 de 3 de dezembro de 2007 e Deliberação Normativa COPAM 30 de 29 de setembro de 1998, com fundamento legal no § único, artigo 19 do Decreto 44.844 de 25 de junho de 2008, vem, por meio deste ofício, proceder ao juízo de admissibilidade do recurso interposto por Capivara de Minas Participações Ltda. em face do PA nº 00041/2003/002/2009, contra decisão proferida pela URC Sul de Minas na 72ª Reunião realizada em 04/10/2010 que referendou a LIC com condicionantes.

Em cumprimento ao disposto no artigo 23 do Decreto 44.844/08, passo ao exame da admissibilidade.

### 1- Da Tempestividade

De acordo com o artigo 20 do Decreto 44.844/08, o prazo para interposição do recurso contra decisão referente ao licenciamento ambiental a que se refere o artigo 19 é de trinta (30) dias, contados da publicação da decisão, observado o disposto no art. 59 da Lei 14.184/02.

A decisão foi publicada no Minas Gerais em 07/10/2010, e o recurso interposto em 01/11/2010 conforme protocolo nº R123256/2010, transcorridos, portanto, 30 dias. Tempestivo o presente recurso.

### 2- Da Legitimidade (art. 22 do Decreto 44.844/08)

O pedido foi formulado por parte legítima.

### 3 – Requisitos do art. 23 do Decreto 44.844/08.

Os requisitos foram devidamente atendidos.

Pelo exposto,

Conheço do recurso, presentes os requisitos de admissibilidade.

Belo Horizonte, 29 de março de 2011.

  
\_\_\_\_\_  
AUGUSTO HENRIQUE LIO HORTA  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO COPAM